

Gabriel Medina é eleito novo presidente do Conjuve

20/12/2010

Do portal do PT (www.pt.org.br).

Participou do movimento estudantil onde foi dirigente do Centro Acadêmico e do Diretório Central dos Estudantes, contribuiu com a construção do Projeto Juventude – marco na elaboração coletiva dos projetos de juventude no país – além de trabalhar com assessoria na área de juventude em órgãos legislativos e executivos.

Em 2008 concorreu a um mandato de vereador em sua cidade natal, Araraquara (SP) conquistando a segunda suplência. Participa do Fonajuves através do Movimento Música para Baixar – MPB, que procura debater a importância da cultura livre difundida na internet e defende bandeiras como a reforma do direito autoral e a instituição do Plano Nacional de Banda Larga.

Medina foi eleito com aproximadamente 70% dos votos do Conselho em segundo turno.

Leia abaixo entrevista com o novo presidente publicada no site da Conjuve:

Há quanto tempo você faz parte do Conselho Nacional de Juventude?

Há um ano. A partir de uma decisão das organizações, movimentos, redes e fóruns que compõem o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis – Fonajuves, disputamos uma cadeira de redes e fóruns para o biênio 2010/2011. A princípio tínhamos muitas críticas ao processo inicial de criação do Conjuve por apresentar uma composição das entidades por indicação do Governo Federal e não por meio de uma eleição. O Fonajuves foi a única organização a se manifestar criticamente a respeito, o que impulsionou a criação de um GT (Grupo de Trabalho) para repensar este processo e resultou no método atual de eleição.

Em sua segunda composição o CONJUVE abriu-se para uma maior participação de movimentos e organizações juvenis e neste momento definimos por compô-lo com a expectativa de travar um debate franco sobre a importância de a sociedade civil construir espaços autônomos, permanentes de diálogo e elaboração de estratégias coletivas.

Por que se candidatou a presidente do Conjuve?

Há cerca de cinco anos, o Fonajuves luta para fortalecer a intervenção dos movimentos e organizações juvenis no âmbito das PPJ's (Políticas Públicas de Juventude) no país. Desde os Fóruns Sociais Mundiais, na construção de atividades no Acampamento Intercontinental da Juventude, nas assembleias feitas à noite durante a elaboração do Plano Nacional de Juventude e na 1ª Conferência Nacional de Juventude, na realização do Festival das Juventudes em Fortaleza e no fortalecimento do Pacto pela Juventude, consolidamos um movimento político importante no debate público sobre o tema da juventude. A indicação de minha candidatura partiu de uma construção coletiva com as organizações e movimentos que estiveram juntos nesse caminho. Participamos ativamente da gestão de 2010 no CONJUVE e com diálogo e construção de alianças mais amplas abrimos o caminho para uma candidatura forte da sociedade civil.

Você teve maioria de votos no primeiro (24x16x15) e no segundo turno (38x16). Qual o significado dessa ampla maioria de votantes nesta eleição?

Para que tenhamos uma gestão forte no CONJUBE ganhar com ampla maioria é fundamental. Quero destacar alguns símbolos da vitória. O primeiro foi a marca da diversidade no apoio. Fui o candidato dos movimentos, organizações, fóruns, redes, de juventudes partidárias e inclusive de vários Ministérios do governo Lula. Fizemos parte desta composição, jovens religiosos, feministas, trabalhadores/as, homossexuais, jovens rurais, ambientalistas, jovens com deficiência, militantes do movimento estudantil. Portanto, as mais variadas lutas somaram-se a esta candidatura. Outro elemento central foi o método de construção pautado na coletividade, no diálogo e na necessidade de unificação das pautas para os avanços nas PPJ's. Vale destacar o esforço para representar um campo político sólido, com a autonomia necessária para exercer pressão e crítica construtiva no novo período que iniciamos com a vitória da presidenta Dilma. Por fim, a candidatura foi construída com bases programáticas e um amplo acordo com as pautas prioritárias para o ano de 2011.

O que significa ter a sociedade civil na presidência do Conjuve já no primeiro ano do novo governo federal?

Significa possibilidade de alcançarmos avanços na pauta de juventude do país por meio de uma ação protagonista dos movimentos juvenis em conjunto com as lutas do movimento social brasileiro. Aponta para maior autonomia do Conjuve em relação ao governo e para a capacidade de exercermos mais pressão social e consolidar o Conselho como espaço de controle social.

Esta é a terceira gestão da sociedade civil do Conjuve e a primeira exercida em um momento de transição. Cabe-nos a tarefa de defender o legado do presidente Lula, primeiro Governo do país e se preocupar com a especificidade da pauta, mas com a capacidade de produzir uma análise crítica e propositiva para os próximos anos do governo Dilma.

O Conjuve, por meio da Comissão de Políticas e Programas, produziu um rico documento de análise da política de juventude. Além de construir um balanço dos cinco anos das PPJs no país, apresenta um conjunto de sugestões ao próximo governo. Temos a tarefa, como presidente, de criar as condições para aperfeiçoar o documento e garantir que seja considerado pelo conjunto do Governo para a elaboração e fortalecimento das políticas de juventude nos próximos quatro anos. É preciso, ainda, garantir a estrutura necessária para que o Conjuve monitore a execução das PPJ's, fortalecendo-se como referência para todos os ministérios que desenvolvem ações com a juventude.

Quais as prioridades para o seu mandato à frente do Conjuve?

Como espaço de participação e controle social, a prioridade do Conjuve deve ser o fortalecimento da participação e protagonismo dos movimentos juvenis na elaboração e avaliação das políticas públicas de juventude, contribuindo para a sua consolidação. Para tanto, é preciso defender as prioridades da 1ª Conferência Nacional de Juventude que continuam atuais, e garantir a realização de uma 2ª Conferência ainda mais representativa.

Pretendemos trabalhar firme para a realização da 2ª. Conferência Nacional de Juventude, para que amplie sua capilaridade, qualidade e para que vá além da identificação das bandeiras e reivindicações gerais, mas que busque apresentar propostas mais consolidadas de políticas públicas. Chegou a hora de afirmarmos quais são as políticas prioritárias do Governo Dilma e como implementá-las com participação ativa da juventude.

O avanço nos marcos legais é uma pauta permanente. É necessário consolidar os direitos assegurados na Emenda Constitucional 65, assim como defender a aprovação do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional.

Garantir maior capilaridade das PPJ's por meio do incentivo à criação de Conselhos de Juventude nos Estados e Municípios, bem como a de assessorias, coordenadorias e políticas específicas de juventude.

Outra ação que considero prioritária é a de estimular maior protagonismo do Conjuve no âmbito internacional, aprofundando as relações na América Latina, Ásia, África e outros continentes, além da interlocução com organismos internacionais, na busca do estabelecimento de cooperações e avanço dos direitos dos/as jovens mundialmente.

Por fim, fortalecer o Conselho com instrumentos que melhorem sua gestão, transparência, visibilidade pública e força política para intervir decisivamente nas definições governamentais.

E qual a expectativa para a 2ª Conferência? Arriscaria alguma meta?

A prioridade do ano de 2011 deverá ser o engajamento do Conjuve na organização da 2ª Conferência Nacional de Juventude. Fundamental será que a Conferência aponte caminhos para a consolidação da Política Nacional de Juventude, como uma prioridade na agenda do Governo Federal e com força para se enraizar nos Estados e Municípios. Para tanto, o CONJUVE deve protagonizar a condução da II Conferência, tanto na comissão organizadora nacional, como na construção das etapas municipais e estaduais. A meta da 2ª Conferência, em minha opinião, não deve ser apenas quantitativa, mas, sobretudo qualitativa. Precisamos definir, por meio da participação popular, as prioridades políticas e as formas de implementá-las. A Conferência precisa dialogar com as leis que tramitam no Congresso, como o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude, gerando pressão social pela sua aprovação. Por meio destes instrumentos poderemos ter metas a serem alcançadas nos próximos anos na política de juventude.

Lutarei para que possamos ampliar as formas de participação, como as conferências livres, os processos de participação virtual, e uma novidade que apareceu no último regimento que são as Conferências Territoriais, que permitirão maior protagonismo dos/as jovens rurais, quilombolas, ribeirinhos e indígenas.

A Conferência também é um momento especial de formação e renovação de lideranças para que tenhamos mais jovens engajados na defesa dos direitos juvenis. Como a juventude marca um período de transição da vida, entre a infância e o mundo adulto, a realização de Conferência de dois em dois anos possibilita incentivar a renovação política necessária para que a nossa pauta se consolide no país.

Por fim, a 2ª Conferência deve propiciar a construção de uma pauta unificada da juventude que ajude a consolidar um calendário de lutas para o próximo ano. É a hora de ocuparmos as ruas, as praças, as escolas, a roça, as tribos e mostrar que nossos sonhos podem se transformar em realidade.

Compartilhe nas redes: